

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

Jornal Brasil

O preço da liderança

O Governo do Presidente José Sarney agiu na direção certa ao romper o engessamento acumulado, ao longo do Cruzado, pelas ambições de vastos segmentos burocráticos e pelas ilusões de fáceis dividéndos políticos com uma economia dirigida, em lugar dos caminhos mais difíceis da economia de mercado.

Perdeu, o Governo, tempo precioso para agir, postergando decisões que deveriam ter sido tomadas muito antes, quando os problemas estavam ainda em definição mas já eram visíveis. Não resta ao povo brasileiro, agora que as fumaças e nuvens de ilusões se dissiparam, senão encarar com realismo o quadro que se formou, e procurar alternativa entre o pessimismo crônico e o otimismo fácil.

Vivemos, desde o Cruzado I, uma experiência onde vários foram os insultos à inteligência nacional, como a crença no fim da inflação por decreto, o descontrole da moeda (meios de pagamento), a queima de reservas, a aceleração exacerbada na redistribuição da renda, ou a mágica do congelamento de bens de consumo essenciais, em cima da qual candidaturas foram montadas e votos foram conquistados.

Se tudo isso ocorreu, e se tudo isso deve ser lamentado, não se justifica, porém, negar ao governo o mérito de ter chamado a opinião pública brasileira para focalizar os problemas crônicos de inflação com os quais convivemos, a natureza cruel desse imposto e a verdadeira peste que representa para uma Nação com condições de crescimento a longo prazo, sufocada pela espiral dos preços. Por piores que tenham sido os resultados de hoje, os de ontem acenderam luzes no subconsciente dos brasileiros sobre as vantagens de uma economia com preços estáveis, em lugar de um regime inflacionário. Estamos inoculados pelo vírus de algo melhor, e não de algo pior. É em cima desse cenário que teremos que raciocinar para encontrar as fórmulas de uma trégua capaz de remeter a economia brasileira para outro estágio de racionalidade, com crescimento sem inflação.

Foram os preços, hoje projetando uma sombra de 535% ao ano — admitindo-se, apenas para raciocinar, um crescimento constante de 15% ao mês — que acionaram todos os alarmes. Não chegamos ainda à hiperinflação, mas estamos a caminho, e assim continuaremos se não forem tomadas medidas complementares, necessariamente duras e de difícil sustentação política, envolvendo salários, renda disponível e a própria máquina estatal.

O Governo do Presidente José Sarney precisa se imbuir da certeza de que terá todo o respaldo da sociedade brasileira para agir com austeridade, e, mais que isso, precisa convencer-se de que só na austeridade é que irá reencontrar a plena credibilidade. Não há mais espaço para mágicas, ilusões ou medidas populistas.

O tempo é curto, é mínimo para agir, e não passa apenas pela área econômica, mas ainda pelo relacionamento entre o Palácio do Planalto e o Congresso, entre o espaço político do Presidente José Sarney e o espaço do Presidente do PMDB e do Congresso, o Deputado Ulysses Guimarães. Qualquer vacilação desses dois homens sobre a gravidade dos problemas acumulados na economia brasileira tefia as mais sérias consequências para a Nação e para as suas respectivas biografias.

O preço da liderança política envolve diretamente o partido majoritário, e o risco que esse partido corre hoje é, pura e simplesmente, o de lançar o Brasil num dos piores e mais sombrios momentos de sua história econômica, com hiperinflação ou estagflação, a mistura sinistra da recessão com uma espiral de preços. Queimamos as reservas externas, desbastecemos os mercados com o congelamento e deixamos a máquina estatal numa inércia que hoje cobra aumentos de tarifas, demonstrando total incapacidade para melhorar os padrões de eficiência e conter os custos.

Tudo isto se passou num ambiente onde o PMDB era e é governo, mas seus representantes, dentro ou fora da administração direta e indireta, furtaram-se ao dever de liderança, que cobra não apenas os benefícios do poder mas ainda todos os seus ônus e encargos. É preciso deixar claros todos os ingredientes que se combinaram para produzir o coquetel explosivo com o qual nos defrontamos agora.

Errou o governo no timing das medidas de reforma da economia, porque cedeu não apenas à tentação de manter o congelamento de preços, atendendo aos interesses de candidaturas regionais do PMDB, mas ainda pela sua própria descostura ministerial. O Ministro do Trabalho, com fortes ambições políticas municipais, certamente é um dos responsáveis pela novela em que se transformou o Pacto Social. O Ministro ocupou a cena, tamponando os preços e frustrando o Ministério da Fazenda, onde havia maior dose de realismo. O produto da aventura mal-sucedida do Ministro Almir Pazzianotto é a manutenção de um gatilho salarial que funcionará, ao contrário, como uma metralhadora que irá, nos intervalos de disparo, roubar renda real aos trabalhadores, além de reacelerar a corrida salários-preços num ambiente potencialmente hiperinflacionário. Uns 8% de perda real nos intervalos de reajuste na hiperinflação é quanto custa, a cada disparo do gatilho, um jogo de cena, talvez ainda não inteiramente assimilado pelos sindicatos e suas Centrais, que preferem atuar no vácuo, à margem de sólidos compromissos político-partidários.

Errou deploravelmente o Ministério do Planejamento, por omissão, talvez, mais que por ação, abrindo uma disputa com o Ministério da Fazenda sobre o realinhamento dos preços, fugindo ao dever de propor uma reforma profunda das empresas estatais, e transformando em ficção seu próprio título.

O que é Planejamento hoje em dia no Brasil? Qual a direção para a qual estaremos levando ou conduzindo este país? Terá sido a coleção de mal-

gros do Cruzado um Plano? Ou uma simples tentativa de brecar a inflação onde seus articuladores falharam no principal, isto é, em sair do impacto para a realidade do realinhamento dos preços?

O Brasil é hoje um país sem prioridades, mergulhado na bizarra situação de ter o Governo se apropriado de gordas faixas da poupança popular e estar esterilizando esse dinheiro na Caixa da União, ou para financiar seu déficit, ou para dormir à espera de projetos de investimento que não dão a partida simplesmente porque não existem.

Chegamos ao cúmulo de ter poupança e não ter investimento, nem condições para reativar o mercado de capitais e as aplicações de risco, porque as taxas de juros voaram para a lua. Não podemos nos dar ao luxo de fazer uma política suicida de juros negativos, que afugentaria a poupança, e não somos sequer capazes de medidas administrativas elementares para costurar o sistema burocrático de funcionamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Afugentamos a poupança estrangeira e falamos em capital novo, em dinheiro novo, que significa aumentar o endividamento financeiro externo, em última análise. Onde está o Planejamento nesse ambiente caótico, contraditório e dispersivo? Onde fica mesmo o Ministério da Indústria e — por ironia — o Ministério do Comércio?

É dever do Presidente José Sarney fixar prioridades e cobrar disciplina e hierarquia em um Ministério marcado pela descostura e o desentendimento, numa deplorável confusão entre debate e descontrole, entre democracia e desordem.

Entramos, nesse coquetel de desconchavos, num ambiente onde os governos estaduais estão prestes a se debruçarem sobre os cofres da União, direta ou indiretamente, para cobrirem o déficit de suas folhas de pagamento do funcionalismo. Governadores eleitos pelo PMDB desaparecem no silêncio, enquanto suas bases de sustentação populistas reivindicam níveis de salário mínimo que irão implodir seus orçamentos, obrigando os bancos estaduais a utilizarem créditos com Certificados de Depósitos pagando juros astronômicos ou recorrendo ao redesconto e à chantagem contra os fundos da União através do Banco do Brasil e do Banco Central.

Essa omissão do partido majoritário será registrada na história do Brasil pelos seus resultados, se o preço da liderança não for pago, e se cada um — do Deputado Ulysses Guimarães com suas ambições presidenciais, aos governadores dos Estados mais influentes — omitir-se à sombra, jogando para cima e eventualmente até para o Presidente, a culpa por uma anarquia que se aproxima a passos largos.

Arrisca-se o Sr. Ulysses Guimarães a completar sua biografia como gerente de uma Constituinte sem rumo, em um país falido, no meio de um processo que pode solapar as fundações da nascente democracia brasileira.

Arriscam-se os sindicatos, na defesa intransigente de um excesso de renda mal distribuída, a fomentar a hiperinflação, onde irão perder mais ainda. Não há alternativas fora do corte na capacidade para consumir, que deverá atingir não só os assalariados mas ainda o consumo do próprio governo.

É preciso ir a fundo nas distorções que se acumularam no sistema financeiro, com os bancos estaduais como pontas de lança da ciranda inflacionária. Esses bancos devem ser simplesmente extintos, transferidos para a iniciativa privada. Os bancos particulares devem ser chamados a atuarem num nível mais eficiente e a custos e spreads mais baixos, em contrapartida pelo crescimento que poderão ter para ocupar as áreas abandonadas pelo perdulário Estado-Patrão-Banqueiro. Que se eliminem as cartas-patentes e se abra espaço para mais concorrência interna e estrangeira, dentro de rigorosos padrões de controle para evitar a formação de novos monopólios ou oligopólios.

O Brasil é um país com alternativas de crescimento fantásticas, mas elas exigem coragem e a recuperação de todas as margens da credibilidade que o Governo perdeu ao cortejar o populismo para o qual foi empurrado, e onde o congelamento geral dos preços figura como pior exemplo. Os frutos do reencontro da economia brasileira com princípios de mercado poderão ser colhidos a prazos curtos, se as medidas que começaram com o descongelamento desta semana forem imediatamente complementadas por um leque de outras, que envolverão compromissos políticos de lideranças partidárias e melhor coordenação interna da máquina administrativa e ministerial.

Temos pela frente uma delicada negociação da dívida externa com os bancos estrangeiros, e ela não poderá ser feita na ilusão de um mundo perfeito, com o Brasil liderando transformações em instituições financeiras internacionais e reescrevendo a economia mundial para melhor se servir dela. Não há espaço para aventuras românticas. Já começamos a pagar caro por esperanças de ordem universal antes de arrumarmos a nossa própria casa. Governadores de Estado e o partido majoritário devem solidariedade ao Presidente da República para os passos corajosos que ele terá de dar, revendo a fundo a máquina administrativa do Estado e distribuindo de forma mais equitativa todos os pesos das reformas econômicas. Temos um cenário agrícola favorável às colheitas deste ano, estamos caminhando com rapidez para a auto-suficiência em petróleo; temos espaço para conquistar uma boa infra-estrutura industrial e capacidade gerencial privada.

Estes são alicerces que podem derrubar os pessimismos, mas sobre os quais nada de positivo se assentará se continuar o ambiente de desordem que salta aos olhos de todos. Há um preço a pagar pela liderança. A sociedade brasileira está cobrando.